



MULHERES NEGRAS NA EJA: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E EMPODERAMENTO

Thayanne Guilherme Calixto¹
Marlene Helena de Oliveira França²

Universidade Federal da Paraíba (direcao@ce.ufpb.br)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo abordar a questão de gênero e empoderamento de mulheres negras na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, numa perspectiva de compreender quais as implicações dessas abordagens na educação. Este estudo foi motivado ao perceber que ao longo dos séculos as mulheres negras foram marginalizadas em diferentes instituições sociais, vítimas de preconceito e discriminação refletidos nas marcas da violência ao corpo, cultura e identidade, que resultaram em uma exclusão e invisibilidade apagando da história lideranças, memórias e presenças negra ao colocá-las à margem de acontecimentos importantes. Logo, analisar os espaços ocupados por mulheres negras na educação consiste em resgatar sua memória nesses espaços. Dessa forma, busca-se fazer um recorte histórico sobre a presença da mulher negra na educação, relacionando-a ao ensino de jovens e adultos com o intuito de problematizar sobre as questões étnico racial. Para tanto, utilizou-se do caminho bibliográfico como aporte metodológico, adotando na abordagem o método hipotético-dedutivo, que segundo Lakatos e Marconi (2012) refere-se a percepção de um problema acerca do conhecimento, formulando hipóteses e pelo dedutivo testando a previsão englobada pelas hipóteses. O resultado da pesquisa nos levou a perceber que há uma necessidade de reconhecimento da identidade da mulher negra, sendo a educação um espaço propício a esse resgate, e com ele, fortalecer o empoderamento das mulheres negras através da educação.

Palavras-chave: Mulheres negras, Educação de jovens e adultos, Gênero, Empoderamento.

¹ Graduanda do 3º período do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Bolsista do PROBEX (Projeto de Extensão), no projeto Economia Solidária. thatygc@hotmail.com.

² Profa. Adjunta II do Departamento de Habilitações Pedagógicas do Centro de Educação (UFPB). Membro do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos. Coordenadora do Projeto de Pesquisa (PIBIC), intitulado: Um estudo sobre as mulheres encarceradas no Estado da Paraíba. Consultora do INEP/MEC e Consultora da UNESCO para assuntos penitenciários. marlenecel@hotmail.com; maraufpb2013@gmail.com.



1 INTRODUÇÃO

Em meados de 1500, transportadas e violentadas mulheres negras chegavam ao Brasil no período de escravidão, trazendo consigo e demais companheiros(as) que sobreviviam as duras viagens de fome, sede, doenças e maus-tratos uma herança em “tradições ancestrais que influenciaram, entre outros, a língua, os costumes, a alimentação, a medicina e a arte no Brasil” (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 441) presentes e manifestadas nos mais diversos ambientes em que são frequentados por pessoas de diferentes classes sociais, embora não sejam reconhecidos em consequência dos preconceitos existentes.

Ainda que consciente do histórico de violência que as pessoas negras viveram e sentiram, este estudo tem por objetivo tratar a presença das mulheres negras na Educação de Jovens e Adultos relacionando ao estudo de gênero e empoderamento dessas estudantes, que carregam durante a vida o reflexo da opressão sofrida pelos ancestrais reafirmadas no cotidiano através do preconceito e estereótipos ligados à sua imagem em virtude da cor da pele.

Com isso, busca-se fazer um recorte histórico sobre a passagem de mulheres negras em instituições sociais de diferentes períodos históricos, em particular, na educação. Tendo em vista, que o ensino de Jovens e adultos desde a Educação popular significa segundo Streck e Santos (2011) apoiar-se em concepções de educação em que a mudança histórica e cultural se fazem presentes na proposta de ensino, e dessa forma, possibilitar a emancipação das estudantes negras a partir do resgate de personalidades que se destacaram em sociedade na luta pelo fim das formas de discriminação e violência.

2 METODOLOGIA

A construção do presente artigo utiliza como caminho metodológico de investigação o

método histórico, que segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como base a investigação de acontecimentos ou instituições do passado, analisando sua influência na sociedade atual. Com base nesta análise, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca da participação das mulheres negras na história do Brasil, especialmente, na educação. Para isso, verificou-se os livros que tratam a respeito de Mulheres e Desigualdades de gênero, Exclusão social e práticas inclusivas, Mulheres no Brasil e Educação como prática da liberdade. Utilizou-se ainda do método hipotético-dedutivo, que segundo Lakatos e Marconi (2012) refere-se a percepção de um problema acerca do conhecimento, formulando hipóteses e pelo dedutivo testando a previsão englobada pelas hipóteses.

3 DISCUSSÃO E RESULTADOS

Os resultados e discussão são frutos de nossas leituras acerca da temática tratada neste artigo, qual seja: o empoderamento de mulheres negras na modalidade de Ensino de Jovens e Adultos. A partir daí, aprofundamos nossas leituras, buscando compreender como a inserção das mulheres negras nas turmas de jovens e adultos pode promover o empoderamento das mesmas e a libertação de práticas castradoras e preconceituosas em relação a elas, construídas historicamente. Nossas leituras somadas a algumas observações em turma de EJA, existentes em escolas públicas de João Pessoa e do Conde, nos levam a afirmar que o contato dessas mulheres com sujeitos sociais “carregados” de ricas e diferentes experiências de vida, mas sobretudo de um contexto em que a atividade da leitura é predominante, promovem transformações significativas, notadamente, na forma como cada uma se enxerga, e no papel que ocupa ou que pode vir a ocupar na sua comunidade. No entanto, não podemos deixar de destacar que a forma ou metodologia como cada educador conduz o processo de ensino aprendizagem reflete positiva ou negativamente nessa



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

transformação, pois, inicialmente, a tarefa de promover discussões e debates acerca do contexto social que cada educando está inserido, bem como, dos papéis que eles podem exercer nos diferentes espaços sociais e políticos, é do educador, pois “a figura do educador social emerge como mediador no processo de apropriação dos educandos do seu lugar de ator social” (STRECK & SANTOS, 2011, p. 31). Para tanto, ele pode fazer uso de diferentes ferramentas, sendo a leitura, a mais utilizada. Claro, que não pode ser qualquer tipo de leitura, mas, àquela que tem significados para a vida dos educandos, que possam promover reflexões e o empoderamento intelectual desses sujeitos, em especial das mulheres negras, excluídas, durante séculos dos espaços ocupados pelos homens e pelas mulheres brancas, entre esses, a própria escola.

Ao longo da história do Brasil, em meados de 1550 desembargaram dos navios negreiros as primeiras mulheres negras, vendidas e enviadas a “casa grande”, onde além de serem marginalizadas e exploradas, eram destinadas a função de reprodutoras ou/e Amas-de-leite, e dessa forma, exploradas sexualmente pelos senhores da casa grande, seus filhos, feitores e empregados com o objetivo de aumentar a mão-de-obra escrava

As mulheres negras alimentaram gerações e gerações de crianças brancas, sendo, muitas vezes, forçadas a abandonar os próprios filhos em favor daqueles das sinhás. Dessas amas-de-leite nasceu a tão popular imagem das mães pretas. (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000. p 442)

De outro modo, os abusos sexuais das mulheres negras se davam em consequência a sociedade patriarcal em que o casamento era acompanhando de várias regras conjugais estipuladas pela Igreja, sendo as escravas responsáveis por atender as necessidades sexuais dos senhores e filhos. Essa violência vivida pelas mulheres negras é refletida em sociedade a partir da produção de discursos como “a cor do pecado”, “não sou

tuas negas”, “Pra uma negra, até que é bonita”, “Negra do cabelo duro” reproduzidos e que por trás carregam um histórico de opressão que faz com que a mulher negra seja vista como fácil, em que tudo é permitido, inclusive o sexo sem permissão, além de mantê-las presas a padrões de beleza que inviabilizam sua identidade.

Somente em meados do século XIX, com a Lei do Ventre Livre em 1871, Lei do Sexagenário em 1885 e a Lei Áurea em 1888 que “acabaram” com a escravidão no país, as mulheres viam-se livres das correntes que as aprisionavam a dupla exploração vivida no interior dos casarões. Embora, não foram fáceis os meios de sobrevivência, muitos escravos se viram obrigados a continuar nas fazendas por não ter condições de manter a subsistência. Dessa maneira entra a mulher negra, com a venda de aguardente, refrescos, bolos, pastéis e doces para manter seu próprio sustento e dos companheiros escravos e filhos, por fim

As mulheres negras saíram da senzala para os cortiços, continuaram dignamente cozinhando, alimentando, costurando, bordando, plantando, colhendo, lavando, passando, limpando, esfregando, criando, cuidando, abençoando, curando, sambando, cantando e gerando dor e alegria a novas esperanças para seus descendentes. (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000. p 442).

Essa esperança fez com mulheres negras lutassem e conquistassem seu espaço nos meios sociais, embora seu acesso à educação tenha sido mais complexo, uma vez que, a conquista da educação - além do ensino da “culinária e costura” - para as mulheres, em geral brancas, traçaram caminhos difíceis, para as mulheres negras os obstáculos foram maiores pela tripla discriminação sofrida, por ser mulher, negra e pobre.

Conforme Althusser, a escola durante muito tempo, representou um aparelho ideológico do Estado, através do qual todo tipo de regra era ditado, onde a disciplina dos



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

corpos e das mentes, parafraseando Foucault, acontecia sem nenhum tipo de questionamento ou insubordinação, ainda que, num primeiro momento, esse espaço fosse frequentado apenas pelos filhos das classes médias e altas. No Brasil, só depois de muito tempo é que esse direito é estendido às classes subalternas, mas apenas e tão somente, com o propósito de criar um “exército” de trabalhadores e qualificá-los para o mundo do trabalho num país, originalmente agrário, mas que começava a se transformar num país urbano industrial, copiando o modelo de produção social que predominava em praticamente todo o resto do mundo. É nesse momento que as mulheres, ainda de forma tímida começam a frequentar as escolas, mas, esse direito não foi alcançado igualmente pelas mulheres negras, que foram obrigadas a criar movimentos, fundar organizações e lutar contra todo tipo de preconceito para poder também ter o direito de ocupar “um banco escolar”, Muitas conquistas foram possíveis a partir desses movimentos, entre elas, a criação das escolas quilombolas, das escolas de tradição africana, de grupos de mulheres que passaram a ocupar as diferentes instâncias e organizações sociais, inclusive no contexto governamental, como os conselhos, as conferências, os partidos políticos, de modo, que leis foram criadas, destacando a necessidade de tornar obrigatório discussão das questões étnicorraciais na educação básica, a incorporação de conteúdo que versam sobre a temática “história e cultura afro-brasileira” nos currículos escolares, a partir de uma orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 10.693/03, a criação de políticas de ações afirmativas (os programas de cotas raciais), entre outras conquistas pela militância negra, vista que “em sua luta histórica, o movimento negro sempre pressionou o Estado brasileiro por políticas públicas, que só vieram ser discutidas nos primeiros anos do terceiro milênio” (ARAGÃO *apud* FERREIRA, 2012, p. 334).

Nossas observações da participação das mulheres nas turmas de EJA, nos dão a

certeza de que a coragem dessas mulheres romperem com o ciclo de violência (doméstica e verbal), de preconceito e discriminação a que foram submetidas historicamente em que “A ideologia dominante imputou aos negros as qualificações da preguiça, da malandragem, da inferioridade intelectual, do caráter sensual, violento e degenerado” (BEHAR, 2006, p. 148) fortalecendo o pré-conceito ligados a imagem da pessoa negra por meio da desigualdade e dos discursos, afirmando que os negros são predominantemente pobres porque são negros, visto que seu acesso a meios de ascensão social foram impedidos ao longo de séculos em razão da condição racial, refletidos e potencializados ainda hoje em sociedade que nega a existência do racismo, mas fortalece, exclui e discrimina pessoas por serem negras. Enquanto referente a mulher negra, sua imagem ficou exposta como “mulata boa, sensual e libertina” consolidando o abuso sexual em função do estereótipo produzido acerca do seu corpo, além da sua inferiorização nos espaços trabalhistas, sendo reservadas apenas a função de empregada doméstica. Dessa forma, quando as mulheres negras passaram a ocupar espaços públicos, como os do teatro de revista ou teatro ligeiro no início do século XX, em razão de seu sucesso a imprensa da época atou na ridicularização das atrizes atribuindo a “crise de empregadas domésticas” a ocupação desses espaços que eram destinados a pessoas brancas. Assim como nos meios de entretenimento, o acesso à educação também era reservado a pessoas brancas e burguesas, sendo negado a mulher negra como resultado dos processos discriminatórios da ideologia dominante vindas da escravatura.

Ademais, nos mostra Costa e Aragão (2013) que apesar do direito a educação ser assegurado a todos, atingia de maneira desigual e insuficiente a uma parcela da população, em fruto dos processos e mecanismos excludentes vividos desde o período colonial até a atualidade, em que o acesso à educação permanece distante em



alguns níveis de ensino, como o superior. Dessa forma, só foi possível pensar no rompimento desse ciclo através do contato com a escola, ocasião em que tiveram a possibilidade de terem suas histórias de vida contadas e compartilhadas com tantas outras; de puderem fazer escolhas entre estudarem e continuarem casadas ou lutarem para conciliar as duas coisas; de trabalharem fora, adquirindo sua independência financeira e serem mães ou cuidar dos filhos.

Ao darem uma nova ressignificação às suas vidas, as mulheres da EJA, puderam finalmente, se enxergar capazes e suficientemente empoderadas para mudar suas próprias histórias de vida, sem que para isso, tivessem que pedir autorização aos pais, aos patrões, aos maridos e até aos filhos, simplesmente puderam e podem dizer não e dar um basta a todo tipo de preconceito ou castração, somente pelo fato de ser mulher e, mulher negra

Neste cenário, a arte como componente curricular no processo de inclusão é uma forma eficaz e prazerosa de reabilitação e inserção social proporcionando o resgate da auto-estima, promovendo mudança social, desmistificando os preconceitos, levando a uma outra compreensão do modo de viver e estar no mundo (LIMA, 2013, p. 53)

Por fim, estamos convencidas de que a inserção dessas mulheres negras no contexto escolar a tornaram cientes do papel que ocupam nos espaços sociais e da força que possuem para promover transformações sociais significantes, sobretudo, pela possibilidade de a escola, da leitura, possibilitar o resgate enquanto pessoa. A realidade escolar tem mostrado que agora, essas mulheres continuam lutando, entretanto, suas armas, não são semelhantes a que foram obrigadas a usar outrora, como: foices, enxadas, facões, nem o grito. Suas armas agora são o lápis, o papel e os livros, de onde tiram suas principais reflexões sobre as questões étnico raciais.

4 CONCLUSÃO

Com base no levantamento bibliográfico e leituras a respeito da temática, conclui-se que a educação se apresenta como um caminho para a emancipação de mulheres negras, uma vez que, marcadas pela opressão e violência ao longo dos séculos, o ensino de jovens e adultos numa perspectiva voltada à realidade do aluno no auxílio da aprendizagem, traz efeitos positivos se utilizado como promoção do empoderamento das estudantes e quebra de preconceitos ligados à raça e gênero.

Evidenciou-se também, com o aprofundamento das leituras a presença de mulheres ocupando espaços de liderança na luta pelos direitos da população negra, como territórios quilombolas, saúde, educação e preservação dos laços culturais e identitários. No entanto, sua participação foi apagada da história, assim como a dos negros, privilegiando apenas uma raça - branca, masculina, hétero e portuguesa - dar visibilidade a luta tornou-se objeto de estudos desencadeados pelo movimento negro (MN) e estudiosos que visam recuperar através da história, a luta e resistência dos negros e transformá-la em força na busca pela igualdade social.

Desse modo, entendemos que a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos, bem como, a atuação do educador tem o poder de empoderar as estudantes negras por meio da incorporação de conteúdo, debates e discussões promovendo a ascensão e emancipação das estudantes enquanto mulher negra, ofertando uma escola, assim como, uma educação pública de qualidade a pessoas que tiveram esse acesso negado e que buscam a escolarização por meio da EJA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Conselho Escolar e Direitos Humanos. Brasília – DF, Presidência



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

da Republica: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

CARVALHO, M. P; PINTO, R. P. **Mulheres e Desigualdades de Gênero.** São Paulo: Contexto. 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1989. 150 f.

PAIVA, J; MACHADO M. M; IRELAND, T. **Educação de Jovens e Adultos:** uma memória contemporânea 1996-2004. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Exclusão social e práticas inclusivas:** Estudos de casos da América Latina e Europa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2012. 448 f.

SCHNEIDER, L; MACHADO, C. **Mulheres no Brasil:** resistência, lutas e conquistas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB. 2006. 175 f.

SCHUMAHER, S; BRAZIL E. V. **Dicionário mulheres do Brasil:** de 1500 até a atualidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2000.

